

Política pública de juventudes: percepções dos bolsistas do Prouni

Youth public policies: scholarship holders' perceptions about Prouni

Política pública de juventud: percepciones de los becarios de Prouni

Lia Machado Fiuza Fialho¹
Francisca Genifer Andrade de Sousa²

Citação: FIALHO, L. M. F; SOUSA, F. G. A. Política Pública de Juventudes: percepções dos bolsistas do Prouni. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 17. Novembro de 2017.

Resumo

O objeto de estudo foi o Programa Universidade para Todos na sua interface com a juventude de baixa renda que conseguiu acesso ao ensino superior por meio da participação nessa política pública. Objetivou-se compreender as reverberações do acesso ao referido programa na vida de estudantes pobres da cidade de Fortaleza desde a percepção dos jovens contemplados. A coleta de dados da pesquisa foi realizada mediante questionário misto com 20 jovens. Os resultados foram submetidos à análise de conteúdo e discutidos quanto a estas categorias: o ingresso no Programa Universidade para Todos; as Instituições de Ensino Superior e o curso em que estudam os discentes; e os possíveis percalços, dificuldades e benefícios gerados pelo referido programa. Constatou-se que os jovens consideraram o Programa Universidade para Todos um projeto de inclusão social que gera oportunidades à população de baixa renda de prosseguimento nos estudos e de acesso à educação superior, no entanto, mesmo demonstrando satisfação com o programa e com os serviços ofertados pelas Instituições de Ensino Superior particulares, aferiram a dificuldade de permanência em tais instituições em decorrência da ausência de assistência estudantil e da exclusão das universidades públicas.

Palavras-chave: Ensino superior; Prouni; Políticas públicas; Juventudes.

Abstract

The study object was the Program University for All in its interface with the youth of low income that obtained access to higher education participating in this public politics. We tried to understand the reverberations of the access to the program in the life of poor students of the city of Fortaleza from the perception of them. The data collection was carried through by mixing questionnaire with 20 young. The results had been submitted to the argued analysis of content and discussed based on these categories: the ingression in the Program University for All; the Institutions of Higher Education and the course where they study; and the possible difficulties and benefits produced by the program. It was noticed that the students found the Program a project of social inclusion that produces opportunities to the population of

¹ Professora doutora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE). E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica CNPQ. E-mail: geniferandrade@yahoo.com.br

low income to keep studying, however, even demonstrating satisfaction with the program and with the services offered by the private Institutions, they had surveyed the difficulty of permanence in such institutions in result of the absence of estudantil assistance and the exclusion of the public universities.

Keywords: Higher Education; Prouni; Public policies; Youth.

Resumen

El objeto de estudio fue el Programa Universidad para Todos en su interfaz con la juventud de bajos ingresos que logró acceso a la enseñanza superior por medio de la participación en esa política pública. Se objetivó comprender reverberaciones del acceso al referido programa en la vida de estudiantes pobres de la ciudad de Fortaleza desde la percepción de los jóvenes contemplados. La recolección de datos de la investigación fue realizada mediante cuestionario mixto con 20 jóvenes. Los resultados fueron sometidos al análisis de contenido y discutidos en cuanto a estas categorías: el ingreso en el Programa; las instituciones de enseñanza superior y el curso en que estudian los discentes; y los posibles percances, dificultades y beneficios generados por dicho programa. Se constató que los jóvenes consideraron el Programa un proyecto de inclusión social que genera oportunidades a la población de bajos ingresos para prosecución en los estudios y de acceso a la educación superior, sin embargo, aun demostrando satisfacción con el programa y con los servicios ofertados por las Instituciones de Enseñanza Superior particulares, evaluaron la dificultad de permanencia en tales instituciones como consecuencia de la ausencia de asistencia estudiantil y de la exclusión de las universidades públicas.

Palabras clave: Enseñanza superior; Prouni; Políticas públicas; Juventudes.

Introdução

Iniciativas de políticas públicas voltadas especificamente para o público jovem em contexto nacional são investimentos da atualidade (TOMMASI, 2004). Por muito tempo, o público juvenil foi tratado de maneira generalizada, não portando políticas específicas. Somente por volta do final da década de 1990 e início do século XX, o Governo passou a reconhecer as juventudes em suas singularidades e considerá-las como agentes que demandam um atendimento específico (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Importa salientar que se compreende a categoria “juventudes” como uma concepção historicamente construída no seio da sociedade, e não como mera fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. Desse modo, não se trata de um estágio biológico e natural a todo indivíduo, mas de “[...] uma elaboração sócio-histórica que abrange inúmeras variáveis de acordo com a internalização das experiências culturais desfrutadas, positiva ou negativamente, ao longo da vida” (FIALHO, 2015, p.20-21), que pode variar de acordo com a cultura, fatores econômicos, identidades de pertença, etc. O reconhecimento da juventude como categoria plural, heterogênea e protagonista se tornou possível em resposta ao prélio dos jovens, declarando interesse de participar ativamente do processo de democratização do país e ocupando cada vez mais espaço na sociedade, ganhando, assim, maior visibilidade (ROCHA, 2014).

É válido destacar que importantes políticas públicas sociais para juventude tiveram início ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002 (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009). Uma diversidade de programas – Bolsa Escola,

Projeto Escola Jovem, Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola, Jovem Empreendedor, Centros da Juventude e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, etc. – constituíram um marco na inclusão social do jovem, apesar de dispersos em ministérios, alguns órgãos governamentais e organizações não governamentais, sem articulação adequada (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Somente durante o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve início no ano de 2003, é que se observam maiores esforços pela instância pública em articular os programas e projetos considerando as demandas específicas da população jovem; compreendendo-a como parcela protagonista importante para o desenvolvimento. Assim, além de manter, ampliar ou reformular alguns projetos, tantos outros foram elaborados na gestão do presidente Luiz Inácio da Silva (Lula)– Projeto Agente Jovem, Programa Brasil Alfabetizado, Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), etc. Estes visam melhor preparar os jovens para o mercado de trabalho e para a vida cidadã mediante políticas, especialmente no âmbito social, para minimizar as desigualdades econômicas, culturais e educacionais, com ênfase na formação profissional e oportunidade de prosseguimento nos estudos. Desde então, “[...] as políticas para a juventude têm por objetivo assegurar os direitos de uma parcela importante da população e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento do país como um todo” (BRASIL, 2010, p.43).

Na tentativa de universalizar o acesso do ensino superior à população menos favorecida financeiramente e, consecutivamente, reduzir a desigualdade produzida historicamente entre os que têm condições de chegar ao ensino superior e os que são excluídos desse serviço, o Governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), implementado em 2005, e reformulou o Financiamento Estudantil (Fies), que existia desde 1999 e ganhou uma nova versão no ano de 2010, durante o mandato do ex-presidente citado. O “Prouni e Fies têm sido instrumentos que têm contribuído para a expansão da educação superior privada, que representa hoje no Brasil o atendimento de quase 75% das vagas” (LIMA, 2013, p.101).

O objetivo geral da pesquisa em tela foi compreender as reverberações do acesso ao Prouni na vida de estudantes pobres da cidade de Fortaleza, Ceará (CE), desde a percepção dos jovens contemplados. Tal escopo permite, além de confirmar ou refutar a compreensão dos críticos ao programa, ensejar visibilidade à voz de uma juventude

protagonista que pode e deve ser ouvida e considerada, já que é o foco da política e do investimento público. Questiona-se o que os jovens usuários do Prouni pensam acerca do programa e como este interfere ou não nas suas vidas. A pesquisa não busca especificamente uma avaliação da política pública, mas se propõe a refletir criticamente e engrossar a base argumentativa quanto aos possíveis benefícios e limitações do referido programa, explicitados desde a percepção dos jovens pobres da cidade de Fortaleza-CE.

Procedimento metodológico

A pesquisa do tipo estudo de caso possui caráter qualitativo, nessa abordagem o pesquisador busca entender e problematizar determinada ação, visto que se busca diminuir a distância entre o sujeito investigador e o objeto de estudo (TEIXEIRA, 2005). Em congruência, não há pretensão de generalização dos resultados, ao contrário, intui-se compreender as subjetividades dos jovens considerando suas individualidades. Julga-se relevante ouvir as juventudes envolvidas no Prouni e refletir criticamente a respeito de tal política, lucubrando as percepções de quem experiencia os possíveis benefícios ou desvantagens concebidos.

Para coletar os dados sobre a percepção juvenil pobre contemplada como Prouni, utilizou-se um questionário misto aplicado individualmente, que continha nove indagações, sendo seis de caráter fechado, com perguntas de múltipla escolha, e três de caráter aberto. Optou-se por esse mecanismo por questões de viabilidade e confiabilidade das informações. O instrumento se mostrou favorável, já que os estudantes dominavam suficientemente a leitura e a escrita para interpretar e responder às questões; além disso, o questionário pôde ser aplicado em diversos ambientes, sem exigência de lugar silencioso ou de isolamento, facilitando a aplicação e conferindo credibilidade maior, por ser respondido na presença das pesquisadoras.

A localização dos bolsistas foi realizada a partir das redes sociais, mediante a página do Prouni e da rede social *Facebook*. Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: ser jovem, maior de idade e participante do Prouni. Importa destacar que foi considerado o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) para a realização do corte etário, excluindo-se os sujeitos que possuíam mais de 29 anos.

Dos 26 participantes do Prouni com os quais entramos em contato, 20 se enquadraram no perfil dos sujeitos da pesquisa: jovens com idades entre 18 e 29 anos. E

todos os 20 concordaram em participar do estudo. Os locais de aplicação do questionário foram as Instituições de Ensino Superior (IES) em que os jovens estudavam, logo variaram bastante, já que havia discentes de mais de oito IES diferentes.

A análise do material coletado foi feita seguindo dois critérios: as respostas das perguntas fechadas de múltipla escolha foram contabilizadas com o intuito de apresentar o valor numérico de respostas para cada tipo de pergunta. Quanto às respostas das perguntas abertas, entendeu-se que a análise de conteúdo se apresentou como técnica mais apropriada para viabilizar a compreensão dos resultados.

Com arrimo metodológico em Bardin (2009, p. 31), que compreende que “[...] análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análises das comunicações”, para interpretação seguiram-se as três etapas descritas como imprescindíveis: a descrição, a inferência e a interpretação. Na primeira fase, pré-análise, foram sistematizadas as ideias iniciais acerca do Prouni. Na segunda fase, exploração do material, realizou-se a leitura geral das respostas para a análise. Na terceira fase, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, efetuou-se a organização das respostas com sistematização para sua sucessiva análise, que compreendeu: a) Leitura flutuante; b) Definição do *corpus* de análise considerando a exaustividade e a representatividade; c) Formulação das hipóteses e objetivos; e d) Interpretação do material coletado.

Para a interpretação dos resultados, seguiram-se os seguintes passos: juntaram-se todas as respostas iguais; agruparam-se as respostas que, mesmo não sendo iguais, assemelhavam-se bastante; dividiram-se as respostas em grandes grupos temáticos; e agruparam-se finalmente as respostas em categorias, definidas pela frequência com que apareciam os tipos de respostas (BARDIN, 2009).

Compreendendo o Prouni

O Programa Universidade para Todos (Prouni) está em vigência desde o ano de 2005 e tem o escopo de gerar oportunidade para os jovens egressos de escolas públicas pertencentes às famílias com baixa renda. Concede bolsa de 100% para o aluno com renda *per capita* menor do que um salário mínimo e meio e bolsa de 50% ou 25% para o discente com renda entre um salário e meio e três salários. Essa política pública firma contrato com Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, as quais, a partir disso, ofertam vagas para os bolsistas em troca de isenções fiscais de impostos, como

o Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O Prouni, ao tempo que é visto “[...] como expressão privilegiada das políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior brasileiro” (VALLE, 2009, p.10), recebe críticas, porque restringe os investimentos do Governo nas universidades públicas e acaba por fomentar vagas em IES particulares, financiando-as com recurso público, com um ensino nem sempre de qualidade e incapaz de extinguir as desigualdades (OLIVEIRA, 2015). O Prouni, ao financiar a vaga de alunos na rede privada de ensino superior, acaba por se tratar de uma “[...] engenhosidade administrativa que equilibra o impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado” (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 127).

A compreensão do Governo é a de que o referido programa seja uma oportunidade de progressão nos estudos para aqueles que são historicamente excluídos do direito de estudar e que não têm condições para pagar um curso de nível superior. O que se sabe é que “[...] o programa já beneficiou desde 2005 mais de 30 mil estudantes em todo o país” (BRASIL, 2008, p. 6), fazendo, dessa forma, jus ao seu objetivo primordial: gerar oportunidade para um público menos favorecido economicamente de prosseguimento nos estudos em nível superior, considerando que “[...] o Prouni tornou-se o maior e mais importante programa de bolsas para o acesso de segmentos da população pobre à educação superior em nosso país” (BRASIL, 2008, p.26).

De acordo com o Ministério da Educação, o Prouni está presente em pelo menos 100 cidades brasileiras, concedendo bolsas integrais e parciais. Depois de formado, o educando não tem qualquer dívida com os cofres públicos, considerando que o programa não prevê maneiras de retribuição monetária ao Governo. Conforme o artigo 2º da lei que regulamenta o Prouni, Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, as bolsas são direcionadas impreterivelmente para:

[...] I) estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II) a estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III) a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1 e 2 do art. 1 da lei.

O universitário deve ainda garantir um bom desempenho para continuar sendo contemplado pela bolsa. “O estudante com bolsa integral ou parcial precisa ser aprovado

em, no mínimo, 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo” (BRASIL, 2008, p.8). Caso o rendimento semestral seja insuficiente, o universitário terá a sua bolsa cancelada.

O processo seletivo para adquirir uma vaga na universidade pelo Prouni se efetiva de duas maneiras: em primeiro lugar, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que seleciona os candidatos a partir das notas obtidas e do perfil socioeconômico, e posteriormente pela instituição de ensino na qual o aluno se candidatar a uma vaga, que poderá fazer outra seleção interna, sendo que geralmente a segunda fase é descartada pelas IES, prevalecendo a seletiva do Enem.

Conforme o Governo, “[...] todo o sistema de seleção do Prouni é realizado exclusivamente pela internet, o que confere transparência ao Programa” (BRASIL, 2008, p.17). No momento em que o candidato começa a realizar a inscrição, o sistema capta a sua nota no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); o aluno, ao se postular à vaga, dependendo do desempenho, poderá ser ou não contemplado pela bolsa.

Em retribuição à oferta das bolsas, consoante o manifesto no artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, enquanto perdurar o vínculo com o programa, as IES são dispensadas de pagar os seguintes impostos:

I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15/12/88; III. Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº70, de 30/12/91; e IV. Contribuição Social sobre o Lucro da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7/9/70.

Analisando a quantidade de bolsas ofertadas desde que o programa está em vigor, percebe-se que “[...] o incentivo fiscal oferecido fez com que o número de instituições particulares que aderiram ao programa aumentasse significativamente” (MUGNOL; GISI, 2012, p.2). Consequentemente, o número de bolsas ofertadas tem se ampliado, mas ainda há demanda de jovens no perfil descrito, almejando oportunidade de ingresso no ensino superior represada, especialmente quando estes anseiam por ingresso em cursos mais concorridos – Medicina, Engenharia, Direito, etc.

Perspectivas dos jovens cearenses acerca do Prouni

Importa ressaltar que os resultados serão apresentados e discutidos em duas etapas: a primeira com a tabulação dos dados objetivos – idade, exercício profissional,

turno em que estuda, modalidade da bolsa-, e a segunda com a apresentação das categorias emergentes da análise de conteúdo acerca das percepções dos jovens sobre: o ingresso no Prouni; a IES e o curso em que estudam; e os possíveis percalços, dificuldades e benefícios gerados pelo programa.

Primeira etapa – dados objetivos

Os resultados da pesquisa demonstraram que os jovens eram oriundos da educação básica pública e possuíam idades entre 19 e 26 anos, com média aproximada de 22 anos. Importa esclarecer que esse perfil etário não pode ser generalizado aos bolsistas do Prouni, porque muitos destes são adultos e defasados na escolarização, possuindo idades mais avançadas. A média apresentada foi decorrente do critério de seleção dos participantes, jovens de 18 a 29 anos.

De acordo com Sampaio e Guimarães (2009), jovens estudantes do ensino médio público são mais propícios à defasagem na escolarização do que aqueles que estudam em instituições privadas. Para os autores, tal fato está associado às condições financeiras das famílias dos discentes de cada escola, considerando que “[...] estudantes que pertencem a famílias com maior condição financeira, em geral, devem ter maior desempenho, pois não necessariamente precisam trabalhar” (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009, p. 48).

As condições dos estabelecimentos de ensino, os professores e a disponibilidade ou não de recursos como biblioteca e laboratório também são elementos cruciais para assegurar o desempenho dos alunos (SILVA, 2015). Nesse rumo, “[...] para as escolas brasileiras, observa-se uma grande variação nesses indicadores quando se compara o ensino público e privado”, de tal modo que “[...] os estudantes de escolas públicas têm desempenho, em média, entre 17,7% menor que os estudantes de escolas privadas” (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009, p. 49).

Se, por um lado, os estudos representam um caminho para a progressão e para a melhoria de vida, por outro, as próprias condições econômicas do indivíduo são um empecilho para a garantia do aprendizado. Tal fato pôde ser constatado com relação a 12 alunos da pesquisa, os quais, mesmo sendo contemplados com a bolsa que lhes assegurava uma formação sem gastos com mensalidades, precisavam assumir a responsabilidade financeira de se manterem no decorrer da sua formação, custeando

transporte, alimentação, livros e demais materiais didáticos. Por isso, a saída passa sempre por buscar conciliar o estudo com o trabalho, o que não é tarefa simples.

Dos jovens trabalhadores, dois desenvolviam suas atividades laborais em apenas um turno, conseguindo cursar a graduação pela manhã e trabalhar à tarde. Os outros 10 que estudavam no turno da noite alegaram que tal expediente foi necessário para que se tornasse viável estudar e trabalhar ao mesmo tempo, já que, advindos de famílias com pouco recurso financeiro, não podiam contar com a ajuda dos pais para os seus gastos diários. Inclusive, oito desses bolsistas, além de se manterem, ainda ajudavam nas despesas familiares, ou seja, as atividades remuneradas eram rendimentos importantes para si e para a família. Esse fato – de os bolsistas Prouni trabalharem e colaborarem com as despesas do lar – também foi averiguado por Arroyo et al. (2013) em uma pesquisa realizada com os bolsistas do Prouni da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Os oito estudantes que não trabalhavam contavam com o apoio da família para custear passagens de transporte público, material de estudo, alimentação, etc. Todos estes estudavam no turno da manhã, no entanto cinco afirmaram ajudar em casa nas atividades domésticas.

No que concerne à modalidade da bolsa, quatro possuíam a modalidade parcial (três contemplados com 50% e um com 25% do valor do curso) e 16 possuíam a modalidade integral (com bolsa de 100%). Dentre esses últimos, 10 trabalhavam e seis apenas estudavam. À vista desse cenário, pode-se inferir que a maioria dos bolsistas na modalidade integral – com baixa renda – desempenhava atividades remuneradas para se autocustear no decorrer da educação superior.

Segunda etapa – dados subjetivos

Em um primeiro momento, os bolsistas Prouni foram questionados a respeito de como se deu o ingresso no programa e quais eram suas intenções quanto à instituição e ao curso almejado. Exceto uma bolsista, os demais afirmaram que gostariam de ingressar em uma universidade pública, especialmente a Universidade Federal do Ceará (UFC), por acreditarem que essa instituição possui melhor qualidade.

A narrativa da jovem que teve seu discurso destoante quanto ao posicionamento dos demais permite compreender tal deslocamento:

Posso estudar em uma instituição reconhecida em todo o Nordeste, com professores qualificados que me proporcionam realizar o sonho de em breve ser fisioterapeuta. Tudo isso sem custos financeiros que tal sonho me demandaria se não houvesse conseguido a bolsa (Bolsista Prouni, 26 anos).

O curso de Fisioterapia não é oferecido em nenhuma universidade pública no Ceará, ou seja, para os cearenses tornarem-se fisioterapeutas, precisam custear IES privadas ou sair do estado. Nesse caso, conseguir uma vaga em uma IES privada era a melhor opção.

Os relatos de outros bolsistas do Prouni expressaram as dificuldades para ingressar nas universidades públicas, bem como o motivo por que optaram pela instituição superior que estavam frequentando, escolha feita geralmente por exclusão, e não por opção: *“A instituição eu escolhi porque, entre as que aceitavam alunos pelo Prouni, era a mais indicada para mim, mas não a que eu desejava”* (Bolsista Prouni, 21 anos). Outros relatos consoantes explicitam tal premissa:

[...] na verdade, o meu foco estava na Universidade Federal, como a maioria dos estudantes cearenses, principalmente pela qualidade e oportunidade de crescimento. Mas eu tive um ensino médio ruim (Bolsista Prouni, 19 anos).

O curso era o desejado, mas não a instituição. A instituição seria a UFC, mas a nota do Enem foi insuficiente (Bolsista Prouni, 19anos).

[...] consegui duas bolsas do Prouni, uma integral e outra parcial. Então, escolhi a faculdade que considero mais viável, com bolsa integral. Meu real desejo seria outra IES, mas, como a mesma não dispõe de bolsas, esse desejo torna-se inviável (Bolsista Prouni, 22 anos).

Inclusive, um recém-bolsista do Prouni, de 19 anos, relatou não ter desistido de frequentar um curso de graduação na IES pública, mesmo estando inserido no ensino privado: *“[...] posso adquirir conhecimento no meu curso, enquanto tento passar no vestibular em outra instituição”* (Bolsista Prouni, 19 anos). Outro aluno destacou o fato de haver vagas sendo ofertadas em instituições desprestigiadas, deixando a entender que as faculdades mais acessíveis para os bolsistas do Prouni são geralmente as de menor qualidade:

[...] o programa é uma ótima iniciativa, mas vale ressaltar que algumas instituições mais qualificadas deveriam aceitar o benefício. Vejo muitas bolsas, mas em lugares meio que desconhecidos e sem muito prestígio. Nós que recebemos esse benefício também temos a oportunidade de nos qualificarmos em instituições de qualidade (Bolsista Prouni, 21 anos).

Em congruência com o exposto pelo bolsista, Catani et, Hey e Gilioli (2006, p. 126) afirmam que “[...] os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em sua maioria, de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado”. Ou seja, sendo o Prouni uma fonte de rendimento para as instituições que o aderem, o importante na percepção de muitas IES é ofertar as vagas exigidas sem se importar com a qualidade do ensino desenvolvido, visto que a difusão do número de universidades e centros universitários particulares aumentou em grande proporção e há de preencher as vagas ociosas.

Em suma, sobre as IES, ainda que as públicas fossem as preferidas pelos entrevistados, seis universitários manifestaram satisfação com relação à instituição em que estudavam, quatro não conseguiram vaga na que objetivaram e ainda permaneciam insatisfeitos e 10 se posicionaram indiferentes à instituição. Em congruência aos resultados expostos, Amaral e Oliveira (2011) asseveram que nem sempre o bolsista do Prouni poderá contar com instituições aptas para lhe ofertar um ensino de qualidade. Assim, assegurar a entrada na faculdade não garante propriamente o acesso à educação de qualidade; além disso, as escolhas feitas pelos bolsistas nem sempre satisfazem o desejo de estudar no curso e/ou na IES almejada.

No que tange ao curso desejado, os dados foram mais animadores: dois universitários expressaram que não estudavam na área de seu interesse, dois se posicionaram indiferentes e os demais (16) afirmaram que cursavam o que gostariam. Dos dois bolsistas que não estavam na sua área de interesse, um relatou: *“Não estou satisfeito no curso, pois o mercado de trabalho na minha cidade para o meu curso não é muito bom”* (Bolsista do Prouni, 21 anos); e o outro afirmou: *“Na verdade, não. Mas uni o útil ao agradável. O Prouni estava ali, e eu precisava estudar. É boa a oportunidade, acho que não importa nem o que a gente estuda. É de graça. Isso é o que importa”* (Bolsista Prouni, 25 anos). Esse bolsista alegava que a oportunidade de se qualificar sem que fossem necessários gastos diretos referentes ao pagamento das mensalidades já era uma vantagem tão substancial que ele não via problema em secundarizar sua prioridade de curso.

Os dois que relataram indiferença perante o curso informaram que não conheciam as instituições antes de se matricular e nem procuraram se informar, tampouco sabiam qual curso queriam, mostrando-se apáticos e pouco envolvidos com o curso:

[...] eu ainda não tinha noção de qual curso ou instituição eu queria cursar, matricular. Quando me inscrevi no site, concorrendo, escolhi o curso de Farmácia devido à indicação de um amigo da família; a instituição eu escolhi devido à oferta do curso à noite e à sua localização. Não tinha uma preferência de curso ou de instituição (Bolsista Prouni, 22 anos).

Queria cursar Farmácia e a minha nota foi compatível ao curso. Mas, se não tivesse dado, eu teria me contentado com outro (qualquer um) da área da saúde mesmo (Bolsista Prouni, 23 anos).

Já os 16 que estavam contemplados com o curso que queriam foram mais objetivos, como demonstra o relato que segue: “Consegui a vaga no curso que eu desejava” (Bolsista Prouni, 20 anos). Importa destacar que, mesmo com os vários desgostos atinentes à instituição e aos poucos referentes ao curso, a análise crítica das percepções dos bolsistas Prouni permitem afirmar que o programa é bem aceito pelos bolsistas, pois todos salientaram a sua relevância como única maneira de conseguir acesso ao sistema superior de ensino. Dos 20 bolsistas, 12 apontaram apenas aspectos positivos em suas narrativas e oito pontuaram aspectos positivos e negativos; esses últimos, de um modo geral, apesar da menção de algumas características desagradáveis enfrentadas, consideravam o programa como positivo.

Sobre os aspectos positivos, a ênfase recaiu na possibilidade de ingresso no ensino superior viabilizado pelo Prouni, que não seria possível caso não fosse por intermédio da participação no programa. Importa conhecer alguns depoimentos nessa direção:

É uma oportunidade muito boa para quem não pode pagar por um curso de graduação (Bolsista Prouni, 23 anos).

É uma oportunidade para pessoas de baixa renda entrarem na universidade (Bolsista Prouni, 21 anos).

Poder entrar na faculdade [particular] era uma das metas que havia estabelecido. Cursar Farmácia – um dos cursos com uma mensalidade perto dos R\$ 1.000,00 – com o custeio governamental foi uma oportunidade proveitosa (Bolsista Prouni, 22 anos).

Acredito que o maior benefício vem a ser a realização de um sonho, que é me graduar, sem ter preocupação com mensalidade, até porque minha família não tem condições de arcar com os valores (Bolsista Prouni, 21 anos).

Congruentemente aos posicionamentos citados, Corbucci (2004, p. 698) acredita que, se não fosse essa prática de bolsas nas IES, via isenção fiscal para iniciativa privada,

difícilmente haveria outra medida que possibilitasse beneficiar a classe pobre para o acesso ao ensino superior, haja vista que o programa em destaque “[...] constitui iniciativa, ainda que tímida, de redistribuição indireta da renda, ao transferir recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres, já que tais recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais”.

Pode-se evidenciar que o Prouni gera benefícios para o bolsista e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, contribuindo para a igualdade social mediante o fomento da formação inicial (AMARAL; OLIVEIRA, 2011). No entanto, um dos bolsistas, inclusive da modalidade de bolsa integral, atentou para o caráter beneficiador da iniciativa privada ao inferir: *“Eu me lembro de algumas aulas de Sociologia no ensino médio em que o professor dizia que o Prouni era ruim porque tirava dinheiro da iniciativa pública e passava para a privada. Não sei por quê, mas eu até hoje penso dessa forma, mesmo sendo bolsista”* (Bolsista Prouni, 23 anos). O relato desse bolsista compreende uma das maiores críticas ao Prouni: isentar as instituições participantes de pagar determinados impostos, fortalecendo a proliferação de IES de caráter privado (SOUZA; MENEZES, 2014). Tais recursos poderiam ser investidos nas IES públicas, como assevera Valle (2009, p.11): *“Há o atendimento dos interesses das IES privadas do país, firmando com isso uma tendência à privatização do ensino superior em detrimento da ampliação da oferta de vagas ou de incremento da qualidade no Ensino Superior público”*.

Na compreensão do Governo, ao contrário do exposto, o Prouni tem se mostrado capaz de amenizar as desigualdades a partir da oferta de cursos superiores para os grupos desfavorecidos (BRASIL, 2008). Importa compreender que esse programa é uma política afirmativa que não soluciona o problema de acesso e permanência da classe desfavorecida economicamente ao ensino superior, já que para tal seria necessário investir em uma educação básica de qualidade que viabilizasse igualdade de condições para o prosseguimento nos estudos. Contudo, ante a ineficiência do Estado de garantir a universalização da educação básica com qualidade, o Prouni se mostra como um paliativo para minimizar as desigualdades pertinentes ao acesso ao ensino superior, ainda que para tal fortaleça a iniciativa privada, fomentando a privatização da educação.

Quanto às respostas dos oito bolsistas que indicaram também pontos negativos referentes ao Prouni, foram assinaladas na maior parte das entrevistas a falta de auxílio permanência e a necessidade de trabalharem para se manterem na graduação:

O ruim é que deveria ter algum auxílio para a gente, porque, se o programa é para quem é pobre, consequentemente é difícil se manter. Eu pelo menos tenho que trabalhar para estudar (Bolsista Prouni, 23anos).

Como o bolsista não recebe bolsa [dinheiro], normalmente tem que trabalhar para se manter. (Bolsista Prouni, 21 anos).

Assim, o ruim é que eu tenho que trabalhar para me manter. Acho que poderia haver alguma remuneração só por ser bolsista (Bolsista Prouni, 20 anos).

Pontos negativos são de não haver bolsa de incentivo para todos os cursos, porque, além da bolsa do curso, temos o gasto com xérox, passagem, alimentação e outras coisas dentro da faculdade (Bolsista Prouni, 20 anos).

Dificuldade para adquirir o material didático, como os livros, porque nem sempre tenho dinheiro (Bolsista Prouni, 22 anos).

A ausência de subsídios para os gastos pessoais e acadêmicos é fator que interfere diretamente na qualidade do estudo desenvolvido, já que a maior parte dos bolsistas afirmou ser pobre e não possuir condições para custear material didático, alimentação, transporte, etc. Dessa maneira, torna-se necessária a aquisição de um emprego para conseguir tal remuneração e, consecutivamente, conciliar trabalho e estudos. Ademais, a aquisição de um trabalho para jovens estudantes, ante o grande desemprego que assola o país, não é tarefa fácil. Faz-se mister, portanto, atentar que assegurar o ingresso nas IES não é o suficiente, precisa-se pensar a permanência nas instituições, pois a “[...] ampliação das oportunidades de acesso sem o contraponto de apoios para se garantir a permanência reforça a permanência das desigualdades [...]” (COSTA; DIAS, 2015, p.54).

Além das dificuldades para se manter no ensino superior, alguns bolsistas relataram ainda que outro ponto negativo do programa era a exigência atinente ao desempenho acadêmico. Caso o estudante não atinja resultados satisfatórios e reprove disciplinas no final do período letivo, pode perder a bolsa, tal como explicitaram os universitários investigados: “[...] o fato do risco que tenho de perder a bolsa no caso de uma reprovação de cadeira” (Bolsista Prouni, 19 anos); “Ter sempre que garantir um bom rendimento nas disciplinas. [...] nem sempre é tão fácil quanto parece” (Bolsista Prouni, 25 anos).

A falta de recursos da família, a ausência de abertura do mercado de trabalho para jovens inexperientes, a instabilidade de vínculo empregatício quando esse se

estabelece, a incompatibilidade de horários para trabalhar, cursar a faculdade, estudar e desempenhar tarefas domésticas, dentre outros aspectos dificultadores, foram mencionados para justificar o surgimento da preocupação com a reprovação. Importa enfatizar que a dificuldade em acompanhar os conteúdos lecionados no nível superior não foi relativa ao grau de complexidade, mas às condições socioeconômicas.

No que concerne ao público do Prouni que estuda em tempo integral e encontra-se impedido de trabalhar em decorrência da falta de tempo, o Governo Federal criou a Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, que, em seu artigo 11, assegura a bolsapermanência no valor de R\$ 300,00 mensais. Essa bolsa é calculada da seguinte maneira: R\$ 150,00 são destinados para material didático, R\$ 50,00 para transporte e R\$ 100,00 para alimentação.

A bolsa permanência é destinada somente para bolsistas matriculados em cursos presenciais com carga horária média igual ou superior a seis horas diárias de aula. A bolsa é uma forma de garantir a permanência de jovens que não podem conciliar o trabalho com o estudo em razão dos cursos, que exigem dedicação integral (BRASIL, 2008, p. 35).

Nesta pesquisa, todavia, nenhum dos bolsistas era beneficiado pelo auxílio bolsa permanência, uma vez que todos estudavam somente durante um turno. Portanto, segundo o Governo, todos os 20 bolsistas tinham condição de trabalhar, no entanto somente metade dos entrevistados conseguiu arranjar alguma atividade remunerada, os restantes contaram com a ajuda dos responsáveis e demais parentes para arcar com os gastos dos estudos.

Pôde-se evidenciar que as maiores dificuldades enfrentadas pelos bolsistas eram referentes aos gastos financeiros com a educação superior e à conciliação dos estudos com o trabalho. Contudo, a distância da instituição à residência, a má qualidade da instituição e a insatisfação com o curso foram fatores também relatados, cada um uma única vez, como aspectos dificultadores da permanência nas IES.

Em suma, as percepções dos jovens acerca do Prouni demonstraram satisfação com o programa, por ele ser considerado a única forma de acesso ao ensino superior. Entretanto, eles se mostraram desagradados por não estarem frequentando uma IES pública e demonstraram consciência do fato de que o Prouni fomenta às IES privadas e não resolve as desigualdades sociais, já que muitos estudantes ainda continuam excluídos do ensino superior e a maioria dos que são beneficiados com as bolsas ainda enfrentam problemas de permanência ocasionados pela baixa renda.

Considerações finais

Tendo se tornado uma das maiores iniciativas contemporâneas do Governo Federal voltadas para a expansão do ensino superior às camadas empobrecidas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), em exercício desde o ano de 2005, divide opiniões, sendo, em alguns casos, muito criticado e, em outros, excessivamente defendido. Ante esse impasse, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as reverberações do acesso ao Prouni na vida de estudantes pobres da cidade de Fortaleza-CE desde a percepção dos jovens contemplados.

O estudo qualitativo, cujos sujeitos foram 20 bolsistas do Prouni da cidade de Fortaleza-CE, foi desenvolvido por meio de questionário misto aplicado individualmente, que permitiu ensejar visibilidade à voz da juventude foco da política e do investimento público. Questionou-se o que os jovens usuários do Prouni pensavam acerca do programa e como este interferia ou não nas suas vidas.

Os resultados demonstraram que, apesar das críticas tecidas pelos discentes quanto à gênese e ao funcionamento do programa, assim como quanto à sua eficácia para a democratização dos cursos de graduação para a população empobrecida, o Prouni, como política democratizadora do ensino superior, funciona consoante o planejado pelo Governo (BRASIL, 2008) no que concerne ao fomento ao acesso às instituições de ensino superior às classes menos favorecidas economicamente. No entanto, são necessárias medidas que adéquem o programa à situação financeira dos seus beneficiários, posto que somente o acesso não está se mostrando capaz de efetivar o sucesso acadêmico de todos os jovens estudantes, sendo necessário, portanto, investir na permanência desses indivíduos em suas respectivas IES.

Mesmo que a juventude tenha conquistado alguns direitos no âmbito da sociedade civil, é de suma importância o desenvolvimento do Prouni para ampliar a participação desse segmento no ensino superior. Inclusive, salienta-se que os jovens devem ser consultados regularmente para que se possa assegurar uma política de juventude verdadeiramente inclusiva, que considere aspectos específicos capazes de minimizar os problemas relatados pertinentes à dificuldade de permanência. Escutar a percepção dos bolsistas é relevante para investir em aperfeiçoamento que vise proporcionar maior efetividade e eficiência; com efeito, faz-se relevante levar em consideração a realidade em que os estudantes estão inseridos, seu contexto social, para

que se possam desenvolver medidas que minimizem as dificuldades na conclusão do curso superior e possibilitar as condições necessárias para que esses discentes consigam ter um ensino de qualidade.

Importa esclarecer que este estudo não possui o intuito de generalização, visto que se limita a uma cidade específica e a um grupo relativamente reduzido de sujeitos participantes – por seu caráter qualitativo –, no entanto a pesquisa suscita reflexões críticas sobre o Prouni que devem ser hermeneuticamente discutidas, em especial aquelas concernentes à não invisibilização do protagonismo juvenil, na medida em que lança luz às narrativas dos jovens e defende o seu empoderamento desde a participação na elaboração e na avaliação das políticas públicas a eles destinadas.

Referências

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011.

ARROYO, M. C. *et al.* Maiores dificuldades encontradas pelos bolsistas do Prouni para concluir o curso superior. In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA, 8., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Centro Paula de Souza, 2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: 70, 2009.

BRASIL. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2. ed. Brasília, DF: UNVPA, 2010.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

_____. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – Prouni, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 2005.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

_____. *Revista Prouni MEC/Sesu*, n. 1, 2008.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

- CORBUCCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-702, 2004.
- COSTA, S. L.; DIAS, S. M. B. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p.51-60, 2015.
- FIALHO, L. M. F. *A vida de jovens infratores privados de liberdade*. Fortaleza: UFC, 2015.
- FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.21, n.3, p. 313-323, 2009.
- LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 85-105, 2013.
- MUGNOL, M.; GISI, M. L. Avaliação de políticas públicas educacionais: os resultados do Prouni. In: ANPED, 9, 2012, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2012.
- OLIVEIRA, A. B. C. O Enem como processo seletivo para o ensino superior: algumas considerações sobre a democratização do acesso e sobre o construto do exame. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p. 156-167, 2015.
- ROCHA, H. S. Formação de agenda de políticas públicas de juventude no Governo Federal de 2002 a 2005. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2014.
- SAMPAIO, B.; GUIMARÃES, J. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-68, 2009.
- SILVA, M. R. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da educação básica e da particularidade do ensino médio. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p. 61-74, 2015.
- SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (Prouni): quem ganha o quê, como e quando? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-634, 2014.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 16-39, 2003.
- TEIXEIRA, E. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TOMMASI, L. Um olhar sobre as políticas públicas de juventude na América Latina. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p.177-181, 2004.
- VALLE, M. J. *Prouni: política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?* 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.

Recebido em Junho de 2017
Aprovado em Outubro de 2017
Publicado em Novembro de 2017

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 17

27 de novembro de 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 17 – Novembro de 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>